▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Ao
CONSELHO FEDERAL DE FISIOT. E TERAPIA OCUPACIONAL/DF
UASG – 925168

Pregão nº 00003/2018

A Empresa PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.812.745/0001-43, estabelecida na Rua Conde de Bonfim, nº. 112, sala 605, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, através de seu Representante Legal infra-assinado, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO PRÓPRIO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante PEDRO PEREIRA LOPES MEIRELLES PADILHA., PARA O ITEM 1, SERVIDOR, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I. DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedeu que, após a análise da proposta comercial apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa PEDRO PEREIRA LOPES MEIRELLES PADILHA., em desacordo com as normas editalícias.

Registramos intenção de recurso tempestivamente. A motivação para o registro versa sobre o não atendimento das especificações do edital apresentada pela empresa mencionada.

II. DAS RAZÕES

ACERCA DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

No dia 11/05 / 2018 às 13:35 Hs foi respondido um esclarecimento sobre a obrigatoriedade de ser ofertada licença VmWare Vsphere :

"Esclarecimento 02 No termo de referência é mencionado "Virtualizador: VMWare ESXI 6.0." Questionamos se o equipamento deverá suportar VMware ESXI 6.0 ou se o equipamento deverá vir com licença VMware ESXI, visto que já é solicitado Windows 2016 Standard Pré-configurado. Se sim, qual o licenciamento VMWare deverá ser ofertado? Deverá vir instalado com VMWARE ESXI 6.0, sistema operacional Windows 2016 Standard, instalado em máquina virtual. Licença:VMware vSphere 6 Hypervisor Atenciosamente,"

A proposta comercial apresentado pela arrematante é detalhada e não deixa margem para dúvidas : não foi ofertado a licença Vmware Vsphere !!!!!

Desta forma, a empresa não tendo acatado as exigências técnicas constantes neste certame, em sua totalidade, deveria ter sido desclassificada sumariamente.

III - DOS FUNDAMENTOS

Verificamos no presente caso a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição e artigo 3º da lei 8.666/93. O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento, conforme o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

Conclui-se que é dever da Administração Pública agir conforme as exigências do instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição Federal e artigo 3º da lei 8.666 de 1993.

Segundo a autora Di Pietro (2007, p.334), trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

A autora firma ainda que:

"Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que se desrespeitou (DI PIETRO,2007, p.334)."

Fica claro que o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no artigo 41 da Lei 8.666.

Desta forma, a manutenção da habilitação da PEDRO PEREIRA LOPES MEIRELLES PADILHA., além de contrariar as exigências do ato convocatório, é uma injustiça para com as licitantes, que atendem integralmente ao edital, além de trazer sérios riscos em contratar empresa que não apresenta qualificação para tal.

DO PEDIDO

Diante do exposto, a RECORRENTE vem data vênia perante a V.S.^a, formular o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, no qual requer o provimento em face de V.Sa. rever a decisão e DESCLASSIFICAR a empresa PEDRO PEREIRA LOPES MEIRELLES PADILHA. por descumprir as exigências editalícias, às quais Administração e licitantes encontram-se estritamente vinculados. Desta forma, V.S.^a estará com resguardo dos mais sagrados princípios de lédima e irrecusável JUSTIÇA!!!!!!!!!!!!

Nestes Termos;
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2018.

PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA – EPP
Cláudia Chagas de Brito – Representante
CRA/RJ nº 20.72245-1 – CPF: 971.359.687-00

Fechar